

**ARTE PORTUGUESA (A)** – Revista do Centro Artístico Portuense (CAP), publicada entre 1882 e 1884. O CAP foi criado em 1879, na cidade Invicta, por iniciativa de um grupo de artistas, estudiosos e beneméritos das artes, entre os quais figuram Soares dos Reis, Marques de Oliveira, Henrique Pousão, Joaquim de Vasconcelos, Thomaz Augusto Soller, entre outros. O objectivo que norteia a criação do Centro é, como não podia deixar de ser, o de contribuir para o desenvolvimento das belas artes, mas a necessidade que sentem de intervir tem por pressuposto uma análise muito crítica sobre o estado das artes.

Essa análise não é surpreendente no final de século XIX. A “crise” ou a “decadência” – termo então muito em voga - extravasa em muito esse domínio: é geral, afecta a economia, a política, a cultura, enfim toda a sociedade e o seu sistema de valores. As suas causas e as soluções já foram objecto de ampla discussão: estão passados quase 10 anos sobre as controversas Conferências do Casino (1871), só para recordar um dos momentos mais emblemáticos desse debate público.

A regeneração da pátria, refém de um fossilizado edifício constitucional, dependia da acção voluntariosa, generosa e determinada dos seus filhos. Esta é, *grosso modo*, a posição dos que crêem ainda numa mudança na continuidade. Mas por quanto mais tempo se manterá a “ilusão”? Para Antero de Quental a “travessia do deserto”, a «vida ordinária», começa por esta altura.

Mas para os fundadores do CAP ainda era possível acordar o país, mudá-lo, abri-lo às novas ideias que orientam a Europa. Ramalho Ortigão, em 1876, n’ *As Farpas*, sintetizara em parcas e duras palavras as maleitas que afectavam as artes plásticas em Portugal: «Não temos escola, não temos galeria e não temos público» (*As Farpas*, X, p. 111). E são essas as áreas de intervenção prioritária do CAP.

Ali se põe em prática um sistema de ensino inovador que preconiza “a emancipação completa de todos processos de trabalho puramente mecânicos”, com a consequente “condenação do uso da régua e do compasso no desenho elementar”; promovem-se ateliers para “o estudo do modelo vivo” e “o estudo de roupas”; organizam-se “digressões artísticas” que constituem “excellentes meios de estudo e de illustração para os que n’ellas tomarem parte” e, “quando essa digressões se destinem ao exame e à reprodução de monumentos de importância artística e histórica”, fornecerão “elementos interessantes para esta Revista”. (v. «Plano de um Curso de Desenho Graduado e de Modelação», in *A Arte Portuguesa*, n.º 1, p. 1, e «Centro Artístico Portuense», in *A Arte Portuguesa*, n.º 4, pp. 33-34)

Em matéria de ensino, as ambições do CAP vão mais longe: criar uma escola onde ministrará um “curso público de desenho graduado e modelação”, cuja concretização está apenas dependente da disponibilidade de recursos financeiros para alugar um espaço. Dispõe também de uma **galeria**, onde produz pelo menos uma exposição anual “onde ao passo que o gosto do público se vá educando, os artistas possam realizar a venda das suas obras», e de uma **biblioteca**.

Mas o CAP não se satisfaz com uma intervenção local. De forma indirecta, através dos seus sócios, procura também influenciar os órgãos directivos da Academia de Belas Artes do Porto e de outras instituições, além do próprio governo. É, pois, no quadro desta actividade concertada que se inscreve o lançamento d’ *A Arte Portuguesa* - projecto definido estatutariamente como uma publicação onde se reflectirá não só a actividade do CAP, como trabalhos e obras considerados relevantes. O facto de os elementos que compunham os órgãos do CAP integrarem o Conselho de Redacção da revista vem também confirmar o forte vínculo e a sintonia existentes.

O **primeiro número** d' *A Arte Portuguesa*, cuja periodicidade é mensal, sai referenciado ao mês de **Janeiro de 1882**. A informação está provavelmente correcta, mas neste tipo de publicação é necessária cautela. Estamos perante um projecto editorial concebido de forma fraccionada, onde cada número é entendido e tratado como um fascículo, como decorre da prática de uma numeração de páginas continuada ao longo do ano, bem como da distribuição dos textos mais extensos por vários números. Assim, mesmo quando se registam atrasos na publicação – em resultado de condicionantes técnicas, financeiras ou da acção censória do poder – a datação não é alterada.

Numa espécie de editorial de abertura, impresso na capa posterior desse número estreado, há alusão a um **prospecto preparatório do lançamento da revista**, cujo fim provável foi o de angariar um número mínimo de assinantes que garantisse a viabilidade financeira. De forma pouco esclarecedora, evocam-se também «difficultades insuperaveis que se deram com relação a uma das partes artisticas» para justificar a reformulação do projecto anunciado previamente. Este previa que cada número fosse acompanhado de duas grandes ilustrações, mas *A Arte Portuguesa* apresentar-se-á com **8 páginas de textos e 4 de desenho**, não deixando de exprimir a sua vontade «de cumprir a promessa que fizemos no prospecto, logo que possamos vencer as difficultades que se antepozeram à realização dos nossos desejos.» Tal não se verificará.

A reformulação do projecto terá implicações no **preço de venda ao público**: a assinatura anual (12 números) baixará de 3\$000 para 1\$200 réis; a venda avulsa é fixada em 100 réis; prevê-se também a possibilidade de aquisição por séries (trimestre e semestre), com pagamento adiantado.

Como já se referiu, esta questão do pagamento adiantado é particularmente importante para a sustentabilidade financeira das publicações. A publicidade é inexistente (ou irrelevante) e os leitores em número reduzido. No caso de uma publicação especializada, como é *A Arte Portuguesa*, estas condicionantes serão sentidas ainda com maior acutilância.

Mas tratando-se de uma publicação de natureza institucional, beneficiará de algumas condições favoráveis á partida. Tal não se verifica: o número de sócios da CAP não é significativo – não ultrapassa a meia centena – e provavelmente não são todos assinantes.

A consciência do risco inerente ao lançamento da publicação é perceptível no relatório apresentado à assembleia geral do CAP, pelo seu secretário, Manuel M. Rodrigues, quando agradece a generosidade de Soares dos Reis para «sustentar esta Revista enquanto o numero de assignaturas não desse para a despeza, isto para se evitar que o cofre da Associação fosse sobrecarregado com um dispendio que talvez não podesse.» Mas acrescenta não ter sido necessário «em vista do grande numero de assignaturas que téem affluido desde o apparecimento d'esta publicação, estando n'isto a prova mais evidente do modo como foi aceite pelo publico.» (v. «Centro Artistico Portuense», in *A Arte Portuguesa*, n.º 4, pp. 33-34)

Não há quaisquer informações sobre a tiragem da revista, o que constituiria um indicador do seu sucesso junto do público. Mas essa não é, definitivamente, uma questão determinante para os seus editores.

As prioridades do CAP encontram tradução na estrutura organizativa d' *A Arte Portuguesa* que compreende as seguintes **secções**: «I. Secção pedagógica ou do ensino artistico», «II. Secção da Historia da arte nacional», «III. Secção archeologica», «IV. Secção bibliográfica» e «V. Noticias varias». Os textos nelas alinhados oferecem um testemunho muito completo do estado das artes no final do século XIX, não só pelo que relatam ou defendem, como pelo que silenciam por provável desconhecimento ou desmerecimento.

As páginas d' *A Arte Portuguesa* não fazem grande eco das renovações estéticas emergentes ou mesmo em desenvolvimento na Europa. Mas são constantes as informações sobre os sucessos alcançados pelos “bolseiros” que procuram lá fora o que não encontram nas imobilizadas Academias de Belas Artes de Lisboa e Porto. O sistema das bolsas, em funcionamento a partir de 1865, deve a sua existência ao marquês de Sousa Holstein: «cinco anos em Paris, acrescentados por uma breve passagem por Roma. Porém, para os pensionistas, Paris reduzia-se a Yvon e Cabanel, *salonnards* famosos que conduziam os jovens pintores portugueses (...) para uma estética convencional, no momento em que os impressionistas começavam a pôr o mundo em questão...» (França, José-Augusto, *O Romantismo em Portugal*, 1999, Livros Horizonte, pág. 500)

O aparente distanciamento ou a frieza com que é abordado o ensino da arte contemporânea “de orientação pedagógica, erudita ou mundana”, estará possivelmente relacionada com o facto de Joaquim de Vasconcelos, Presidente do CAP e membro do Conselho de Redacção, ser um fervoroso defensor da «arte aplicada a industria» e, conseqüentemente, bater-se por um ensino que contemplasse as cadeiras de desenho, modelação, pintura decorativa, etc.

Não deixa de ser surpreendente a articulação que Vasconcelos estabelece entre essa defesa e o artesanato nacional (olaria, bordados, ourivesaria, etc.). Para ele não há qualquer contradição entre essas duas realidades – indústria e artesanato –, como explica num texto em que faz o elogio do oleiro e da sua arte: «O oleiro dispõe ainda de um grande thesouro de formas tradicionaes. (...) A arte applicada a industria, o desenho e a modelação, fariam sahir d'esses barros obras primorasas, depois da ciência dos chimicos ter estudado e ter ensinado aos oleiros a conhecer os materiaes. Mas falta tambem o laboratorio, e falta enfim o agente honrado, ou a intervenção paternal da câmara mais proxima, que podia estabelecer ou vigiar, pelo menos, as relações do oleiro da aldeia com o comerciante das cidades, porque este especula tambem, sem piedade, com a miseria e com a ignorância do operário, vendendo a obra por um preço excessivo que o prejudica.» (*A Arte Portuguesa*, n.º 12, p. 104)

José-Augusto França não deixará de sublinhar “o pensamento progressista” que subjaz a esta perspectiva, mas de difícil “adaptação num país onde a consciência do desenvolvimento industrial não estava suficientemente desenvolvida”. (França, José-Augusto, *Op. Cit.*, pág. 501)

Uma pequena mostra das reflexões, estudos e propostas de Joaquim de Vasconcelos sobre estas matérias encontra-se publicada n' *A Arte Portuguesa*. São também em grande número os textos sobre história da arte da sua autoria. A este propósito, importa também referir que José-Augusto França o considera “o verdadeiro fundador da História da arte em Portugal”. Os seus primeiros trabalhos, na década de 70, tiveram por objecto os séculos XV e XVI e debruçaram-se sobre as origens, tendo construído uma teoria das fontes flamengas da pintura portuguesa.

Muitos mais textos de interesse se poderão encontrar n' *A Arte Portuguesa*, mas não sendo possível referi-los todos, indicamos o nome de outros dois colaboradores ainda não citados: Rodrigo V. de Almeida e Francisco Martins Sarmiento.

Ainda assim, é irresistível destacar o manuscrito inédito de Francisco de Holanda, iluminador português, do século XVI, *Quatro Diálogos*, que Joaquim Vasconcelos faz publicar, sob o título «Da Pintura Antiga por Francisco de Holanda», ao longo de 11 números; e um artigo redigido também por Vasconcelos, por ocasião do falecimento do pintor Miguel Lupi, onde exalta a sua qualidade técnica, e tece duras críticas à Academia de Belas-Artes de Lisboa pela “perseguição” que fizera àquele professor.

O último número d' *A Arte Portuguesa*, o 12.º, sai do prelo em 1884 (conforme indicação em rodapé na primeira página), portanto, com um atraso superior a um ano. Também o facto de

nesse número se aludir à morte de Miguel Lupi, ocorrida em 1883, confirma esse atraso. A impossibilidade de cumprir a periodicidade programada já se verificara anteriormente: na «Chronica» do n.º 9 é apresentado um pedido desculpas pelo atraso ocorrido com aquele número, embora não se refiram as causas. O mesmo silêncio se verifica no último numero. Quanto ao Centro Artístico Portuense continuará ainda por mais alguns anos.

Rita Correia  
(09.01.2007)